

**HABEAS CORPUS Nº 548.589 - MG (2019/0356951-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEIVERSON ALBERTO PINA  
**ADVOGADO** : DEIVERSON ALBERTO PINA - MG188123  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : GERALDO DO AMARAL TOLEDO NETO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **GERALDO DO AMARAL TOLEDO NETO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta nos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos, 8 meses e 15 dias pelo prática de tortura. Após os recursos ordinários, o Tribunal de origem determinou a expedição do mandado de prisão.

Neste *writ*, o impetrante alega que "busca-se afastar segregação flagrantemente ilegal imposta pelo Tribunal a quo, sendo certo que tais alegações guardam relação indissociável com a liberdade de locomoção, sobretudo porque visa afastar a estipulação de cumprimento antecipado de sanção-pena em desfavor do Paciente, que poderá cumprir inicialmente o Regime Fechado devido a morosa tramitação do cumprimento do Mandado na Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte, onde reside o Paciente." (e-STJ, fl. 8).

Requer "seja concedida a ordem no presente habeas corpus, inicialmente sob a forma de LIMINAR, para se determinar, de imediato, a concessão do SALVO CONDUITO para que o Paciente não seja recolhido à prisão para tramitação de sua Guia de Execução, no sistema fechado, até ser colocado em liberdade fiscalizada, em Regime Aberto (determinada em Sentença), e, subsidiariamente, determinar a substituição da prisão pelas Medidas Cautelares sugeridas acima, até o trânsito em julgado da referida sentença penal condenatória." (e-STJ, fl. 18).

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, vislumbro a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Após o julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292/SP (STF, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, julgado em 17/2/2016), esta Corte passou a adotar o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal". Em outras palavras, voltou-se a admitir o início de cumprimento da pena imposta pelo simples esgotamento das

# *Superior Tribunal de Justiça*

instâncias ordinárias, ou seja, antes do trânsito em julgado da condenação, nos termos da Súmula 267/STJ.

Contudo, em 08/11/2019, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54, e decidiu, por maioria de votos, que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Assim, a prisão antes de esgotados todos os recursos cabíveis apenas poderá ocorrer por decisão individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu no caso dos presentes autos pois, consoante se observa dos documentos acostados relativos ao andamento processual, o paciente interpôs os recursos extraordinários que ainda se encontram pendentes de apreciação (e-STJ, fls. 85-87).

Ante o exposto, **defiro** a liminar para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente, até o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais o e ao Juízo de Direito da Comarca de Igarapé-MG, bem como solicitem as informações necessárias e a senha de acesso para consulta ao processo, se houver, a serem prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator